



Economia Real

Luís Mira Amaral

geral@forumcompetitividade.org

A COVID-19 E A EUROPA

A crise sanitária está a provocar uma profunda recessão económica que poderá gerar uma séria crise financeira com brutais agravamentos dos défices e dívidas públicas, o que já está a levar a pressões altistas nas taxas de juro. Segundo o FMI, Portugal poderá atingir uma dívida pública de 135% do PIB, a quarta mais elevada do mundo desenvolvido depois do Japão, Grécia e Itália.

As competências na área da Saúde pertencem aos Estados-membros (EM), mas a União Europeia (UE) poderia promover a coordenação entre eles, lançar compras conjuntas, apoiar a investigação sobre o vírus e coordenar as respostas, por exemplo, nas restrições à livre circulação no Mercado Único. Acabou por fazê-lo com algum atraso. A UE tem ainda um Centro Europeu para a prevenção e controlo de doenças infecciosas.

O Eurogrupo acordou num Pacote de Emergência com linhas de crédito do BEI para as PME (200 mil milhões de euros), com o SURE (100 mil milhões de euros) para emprestar aos EM, no que será um complemento aos apoios nacionais na área do emprego e com o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), o Fundo de Resgate da zona euro, a disponibilizar 240 mil milhões de euros para financiar as despesas nacionais diretas e indiretas nos gastos de saúde. Contudo, os EM só poderão lá ir buscar financiamentos até 2% do seu PIB, o que para Portugal dá cerca de 4 mil milhões de euros. Duvido que este mecanismo venha a ter grande utilização, devido à exiguidade de recursos disponibilizados, sobretudo se o BCE conseguir estabilizar taxas de juro que permitam aos EM irem ao mercado financiar-se.

Com esse objetivo, o BCE lançou o Pandemic Emergency Purchase Program (750 mil milhões de euros), em complemento do que já vinha a fazer em termos de *quantitative easing*.

No fundo, com o SURE e o MEE estamos a tratar de empréstimos aos EM que obviamente vão aumentar as dívidas públicas nacionais. Ainda não chegámos ao objetivo perseguido pelos países do Sul, de uma emissão de dívida europeia. Mas há que reconhecer que, quer com os programas do BCE quer com o SURE e o MEE, já está a haver alguma mutualização e partilha de riscos entre os EM.

Com os condicionalismos existentes no *divide Norte-Sul*, foi positivo o esforço de Mário Centeno para o acordo no Eurogrupo, mas o pacote é insuficiente para o relançamento da economia, tema que abordarei em próxima crónica juntamente com o respetivo financiamento por emissão de dívida europeia, através dos agora chamados "recovery bonds".

Engenheiro (IST)
e Economista (Msc NOVASBE)